

Seminário sobre acordos de leniência foi destaque da semana

Atos de corrupção travaram a economia, mas um trabalho coordenado dos três Poderes pode encontrar uma saída para o país, segundo [especialistas que participaram](#) do seminário *O Interesse Público e as novas relações entre Estado e Empresas*, organizado pela **ConJur**, em Brasília, na segunda-feira (26/11).

Durante o evento, autoridades se posicionaram contra o modo como os acordos são conduzidos atualmente e afirmaram que é necessário mais transparência e um aprimoramento das leis para acabar com a insegurança jurídica que existe atualmente.

Escolhido por Jair Bolsonaro para ser o próximo advogado-geral da União, André Mendonça [disse](#) que os acordos de leniência podem ser ferramentas eficientes para que o governo recupere o dinheiro desviado por esquemas de corrupção. Porém, para recuperar 100%, ele afirmou que é preciso fazer concessões.

Ex-ministro da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão defendeu um castigo pesado para as empresas que praticam corrupção. Porém, segundo ele, o propósito do Estado não se resume a aplicar

empresas



Temer sanciona reajuste de salários dos ministros do Supremo

CIDH recomenda que Brasil amplie acesso de "comunidades carentes" à Justiça

STJ baixa todos os processos sobre expurgos inflacionários



Majoria no STF valida indulto, mas julgamento é suspenso

Segunda (26/11)

Terça (27/11)

Quarta (28/11)

Quinta (29/11)

Fux revoga auxílio-moradia para juízes após reajuste para STF

Policiais condenados no caso Carandiru serão submetidos a novo júri

STJ fixa tese sobre legalidade de protesto de CDA pela Fazenda Pública

STJ manda prender Pezão para barrar crimes iniciados por Cabral

Eleições na OAB

Terminaram as eleições para presidentes das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Em São Paulo, uma virada marcou a [escolha de Caio Augusto](#) para o próximo triênio. Pesquisa Ibope indicava nova reeleição de Marcos da Costa, que está no cargo há seis anos.

No Distrito Federal também houve surpresa. [Délio Lins e Silva foi eleito](#), superando Jacques Veloso, que liderava a chapa da situação, contando com o apoio do atual mandatário da OAB, Juliano Costa



Couto, e do governador eleito, Ibaneis Rocha (MDB).

Veja os eleitos em cada estado:

**reeleitos*

OAB-AC	Erick Venâncio
OAB-AL	Nivaldo Barbosa Jr.
OAB-AP	Auriney Brito
OAB-AM	Marco Aurélio Choy*
OAB-BA	Fabício Castro
OAB-CE	Erinaldo Dantas
OAB-DF	Délio Lins e Silva
OAB-ES	José Carlos Rizk Filho
OAB-GO	Lúcio Flávio*
OAB-MA	Thiago Diaz*
OAB-MT	Leonardo Campos*
OAB-MS	Mansour Karmouche*
OAB-MG	Raimundo Cândido Jr.
OAB-PA	Alberto Campos*
OAB-PB	Paulo Maia*
OAB-PR	Cássio Telles
OAB-PE	Bruno Baptista
OAB-PI	Celso Barros Neto
OAB-RR	Ednaldo Vidal
OAB-RO	Elton Assis
OAB-RJ	Luciano Bandeira
OAB-RN	Aldo Medeiros
OAB-RS	Ricardo Breier*
OAB-SC	Rafael Horn
OAB-SP	Caio Augusto
OAB-SE	Inácio Krauss
OAB-TO	Gedeon Pitaluga

FRASE DA SEMANA

Não há no Plenário [do Supremo Tribunal Federal] divisão entre aqueles que são a favor do combate, até mesmo desenfreado, da corrupção e os que são contra esse combate. Nós somos

a favor da ordem jurídica, da observância irrestrita da ordem jurídica”
Ministro Marco Aurélio, do STF, ao [defender](#) que o indulto faz parte da soberania do presidente da República.

ENTREVISTAS DA SEMANA



Sem "juiz natural", falta segurança jurídica para cooperação com

autoridades. O entendimento é do especialista em legislação anticorrupção Michel Sancovski, que atuou na investigação interna da Petrobras após a operação "lava jato".

[Em entrevista à ConJur](#), o advogado explicou como está o cenário do combate a crimes corporativos. “Ter uma política de controle e monitoramento hoje é mais um atrativo de mercado do que um gasto”, comenta.

Hoje, diz ele, embora haja o risco de os investimentos em *compliance* criarem mais um obstáculo à lucratividade das empresas, o mercado está melhor. “É um pêndulo, como qualquer nova medida que entra em vigor. O ambiente hoje está um pouco paranoico e as empresas estão mais cuidadosas, mas vamos chegar ao meio termo.”

RANKING



2,6 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



842 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 40,3 mil acessos, a [notícia mais lida](#) foi sobre o encerramento das

investigações sobre as relações do músico Roger Waters e a campanha de Fernando Haddad (PT) para presidente.

O PSL, partido do presidente eleito Jair Bolsonaro, acusou a produção dos shows do músico no Brasil de receber dinheiro de incentivo fiscal da Lei Rouanet e de ter feito propaganda política nos eventos, o que é proibido. Porém, o caso foi encerrado após o Ministério da Cultura informar que a produção do show não usou recursos da lei brasileira.

Com 28,2 mil acessos, a [segunda notícia](#) mais lida é sobre a decisão do ministro Marco Aurélio, do STF, de anular um júri porque o réu ficou algemado indevidamente durante o julgamento.

Segundo o ministro, réus só podem ser algemados se houver risco concreto de fuga ou dano a si ou terceiros. Caso contrário, o uso da algema é ilegal e contraria a Súmula Vinculante 11 do Supremo.

As dez mais lidas

[MinC diz que Roger Waters não usou Lei Rouanet e TSE encerra investigação](#)

[Marco Aurélio anula júri por réu ter sido algemado indevidamente no julgamento](#)

Coluna "Senso Incomum": [O poder sem limites dos juizados e das turmas recursais](#)

Lenio Streck: [E a procuradora disse: 'Ordeno que bocejes e que não bocejes!'](#)

Coluna "Senso Incomum": [Concursos públicos e a insistência em fazer quiz shows e adivinhações!](#)

[Fux revoga auxílio-moradia para juízes após sanção de reajuste para STF](#)

Coluna "Limite Penal:



[Como atuar na loteria do Supremo Tribunal Federal: o caso do HC 126.292, ainda](#)
[Supremo não pode reescrever decretos, diz Alexandre de Moraes sobre indulto](#)
[Sem poder reexaminar provas, ministro Felix Fischer nega recurso de Lula](#)
[Daniel Gerber: *Atirar contra portador de fuzil se enquadra em legítima defesa*](#)

Manchetes da semana

[Maioria no Supremo valida indulto, mas julgamento é suspenso sem resultado](#)
[Indulto faz parte da soberania do chefe do Poder Executivo, afirma Marco Aurélio](#)
[Penalidade por retenção indevida dos autos requer intimação pessoal do advogado](#)
[Supremo não pode reescrever indulto só por não gostar do decreto, diz Alexandre](#)
[Poder de concessão de indulto é discricionário, mas limitado, diz Barroso](#)
[Contrato de permuta não se equipara ao de compra e venda na tributação, decide STJ](#)
[É preciso fazer concessões em acordos de leniência, diz André Mendonça, futuro AGU](#)
[STJ nega pronúncia de réu denunciado apenas com base em inquérito policial](#)
[Sem "juiz natural", falta segurança jurídica à cooperação entre empresas e autoridades](#)
[Regulamentação do IR permite compensação de dívidas com precatórios](#)
[Condenação extinta há mais de 5 anos não é mau antecedente, diz Celso de Mello](#)
[STF discutirá súmula sobre progressão de regime de cumprimento da pena](#)

Date Created

01/12/2018